



EDITORIAL / EDITORIAL

MODERNIDADE (IN)VIÁVEL

(Un)feasible Modernity

Johan Konings¹

Eugenio Rivas²

Parece que não é mais moderno ser moderno. Para falar em termos hegelianos, a *Gestalt* que se chamou de Modernidade parece estar encerrando seu ciclo histórico. Mas neste momento conserva-se e confirma-se aquilo que ela tem tornado verdadeiro e real (*verwirklicht*), para integrar-se numa nova *Gestalt*. É a boa herança da Modernidade, embora não possamos esquecer os dejetos que ela produziu, para não voltarmos a reproduzi-los. “Historia magistra vitae”.

Sente-se o cansaço da Modernidade. Podemos até considerar o Brasil como amostra do desgaste da modernidade. Aqui a Modernidade morreu de morte prematura, sem ter desabrochado. O próprio fato de o Brasil assistir passiva e languidamente à desestruturação de seu Estado e de sua frágil democracia é um sinal disso. Sem falar do resto do mundo.

Pode-se discutir sobre o que se entende por Modernidade. Em primeiro lugar, a questão da periodização histórica. Estamos inclinados a dizer: desde a revolução do pensamento humanista e emancipatório da Renascença até a mutação antropológica que produziu o *homo cyberneticus*. Em todo

¹ Johan Konings é professor de Sagrada Escritura do Programa de Pós-Graduação em Teologia da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE), Belo Horizonte – Brasil.

² Eugenio Rivas é professor de Teologia Sistemática do Programa de Pós-Graduação em Teologia da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE), Belo Horizonte – Brasil.

o caso, nota-se claramente a diferença entre a Idade Média, guiada pelo predomínio do religioso, e aquilo que se deu a partir da Renascença: a progressiva conquista de autonomia do indivíduo, baseada ora na racionalidade crítica, ora em movimentos emancipacionistas – impulsionados pelo “Sturm und Drang” romântico – tanto nacionalistas como mundialistas.

Costuma distinguir-se a Primeira Modernidade e a Segunda modernidade. O divisor das águas seria a Revolução Francesa, mas não se pode negar que no século antecedente já estavam sendo desenhadas suas linhas fundamentais. Na mesma época, por volta do ano 1800, temos o espírito brilhante de Emanuel Kant a formular com clareza o pensamento emancipatório, racional-crítico e humanista, que por um lado sustentou o ideal libertário, mas também fomentou o pensamento da igualdade e fraternidade, que levou à desconstrução da sociedade classista pelos ideais igualitaristas e coletivistas encarnados nas diversas formas de socialismo.

O momento atual, desde o fim do século passado, marcado pela globalização e pelas novas tecnologias, costuma ser chamado de Pós-Modernidade ou de Terceira Modernidade, mas estas denominações não são adequadas, porque não traduzem a novidade que se faz sentir. A diferença entre o antes e o depois da Revolução Francesa era apenas gradativa. Hoje vivemos uma mudança bem mais radical, uma mudança dos paradigmas, uma verdadeira mutação não apenas sociopolítica, mas antropológica. Por isso parece melhor dizer “tchau, Modernidade”.

Talvez, porém, convenha falar de diversas “modernidades”, não apenas distinguindo a sequência temporal da Primeira, da Segunda e, se quisermos, da Terceira Modernidade. Além da distinção de épocas na Modernidade devemos considerar a pluralidade das experiências, culturas e civilizações. A Europa e, mais tarde, os Estados Unidos, viveram a Modernidade a partir de outro lugar sociopolítico e cultural que os territórios colonizados. Há “modernidades dominantes” e “modernidades dominadas”...

Isso tem a ver com um traço que, embora não próprio da Modernidade, foi determinante para sua sustentação material: o colonialismo. Costuma-se distinguir três pactos coloniais (isto é, entre colonizadores): o primeiro, nos séculos XVI-XVII – pense na linha de Tordesilhas –; o segundo, no tempo da repartição da África e da Ásia entre as grandes potências europeias, no século XIX; e o terceiro, na contemporaneidade, agora entre as corporações transnacionais e transcontinentais. A nosso ver, porém, este pacto atual já pertence à nova *Gestalt*, e usufrui os novos poderes da cibernética.

A Primeira Modernidade, mercantilista, e a Segunda Modernidade, urbano-industrial, tiveram em comum seu embasamento capitalista, gerando – no mesmo nível – a reação socialista. Hoje, a crise ambiental, por um lado, e a nova tecnologia, por outro, modificam radicalmente esse paradigma.

O fenômeno da Modernidade pode ser abordado sob o ângulo da dimensão socioeconômica e política, enfocando o que para o marxista ortodoxo é a estrutura objetiva e estruturante da sociedade moderna. Entretanto, pode-se olhar também para o lado da subjetividade, a cultura, a consciência do homem moderno, que talvez seja tão estruturante como as relações de produção. Há quem acentue o projeto antropológico, a conquista da plena autonomia do sujeito humano.

O papa Francisco apontou (depois de muitos outros) uma causa sempre mais visível da insustentabilidade da Modernidade: o esgotamento dos recursos naturais e o perigo de morte que corre o próprio ambiente natural humano. Essa percepção põe fim aos mitos do progresso e do crescimento ilimitados. O crescimento do PIB se revela um mito. Não é prioritário aumentar a riqueza, mas distribuí-la racionalmente para que exerça otimamente a sua função social. Por causa da limitação dos recursos, crescer, hoje, significa enriquecer uns poucos às custas dos muitos e do próprio ambiente natural.

Olhando para as causas “espirituais”, ou culturais, do mal-estar em relação à Modernidade, vemos que o mito da liberdade moderna leva à abolição de todos os critérios comportamentais. Luta-se pela liberação das drogas, mas 60% da humanidade passa fome. Luta-se pela diversidade das uniões, mas não há mais famílias capazes de dar educação; e, apesar da limitação da natalidade, temos crianças “sem limites”... (até sem limite de idade, pois continuam criança até morrer, mas não no sentido do evangelho...). Aliás, a ausência de limites é uma ilusão; nunca fomos mais limitados que hoje (sobretudo pela mídia e pelos meios eletrônicos). Trata-se de conhecer bem os limites, suas razões de ser, e de trabalhar responsabilmente com eles.

Cabe fazer a crítica da liberdade moderna, muitas vezes entendida como ausência de limites. Como liberdade sem referência. Melhor será considerar a liberdade como base e condição de possibilidade da responsabilidade (Kant). Homens livres eram, antigamente, os cidadãos responsáveis pela sociedade (*liberi* = filhos, *eleutheroi* = emancipados, não escravos). Hoje a liberdade é vista de modo negativo, como ausência de obrigações. Deveria ser o contrário: a autonomia da pessoa é que lhe permite assumir responsabilidade. Liberdade significa responsabilidade.

A partir de Nietzsche vivemos o “deslustramento” da Ilustração. Kierkegaard e o existencialismo nomearam com clareza o absurdo. O cinismo vulgar dos que vivem sem respeito pelos valores aceitos faz ressurgir um pensamento que resgata o cinismo crítico-filosófico. Por outro lado, por falta de imaginação, procura-se manter uma ilusória ordem estabelecida ou até voltar a um imaginário passado bem ordenado (que nunca existiu). Assim como o sonho libertário sem referência, também o sonho da ordem

total, da extrema direita, é uma negação da responsabilidade. Confiar tudo a um regime de força é a irresponsabilidade instituída.

O Deus da Modernidade morreu. O homem ocupou seu trono como referência última do pensar e do agir. Contudo, esse homem se sente só e abandonado, e, como diz Peter Berger, o “rumor dos anjos” se faz ouvir novamente, às vezes com decibéis acima do suportável... O ateísmo moderno não é mais tão convincente. Talvez estejamos percebendo que a autonomia do sujeito humano não faz necessariamente concorrência a uma referência heterônoma, desde que não seja alienante. A autonomia humana pode reconhecer uma instância que nos transcende e que, inclusive, é necessária para sustentar nossa liberdade. Kant sugere isso na sua *Crítica da Razão Prática*. Ao revisitarmos as raízes mais antigas do cristianismo e de outras tradições religiosas, continua válida a “teonomia”, ou seja, o reconhecimento do Transcendente não como alheio ao mundo, mas como presente em nós, em nossas relações, o Deus da vida. Podemos incluir na herança da Modernidade a crítica ao Deus chamado “metafísico” (que nada tem a ver com a verdadeira metafísica), para reconhecermos a verdadeira transcendência de Deus, sem objetivá-lo nem conceitualizá-lo.

Está na hora de fazer o inventário da herança da Modernidade, para ver os ganhos e as perdas e, com isso, continuar o caminho. Hora de pensar a pós-modernidade em termos positivos, não apenas como um “não”, mas como um “sim”. Não apenas como distanciamento da Modernidade (tardia, decadente), mas como projeto novo. Dar à pós-modernidade nome e conteúdo próprios. Buscar novos modelos para restaurar o tecido social, incluindo a dimensão ecológica. O que a nova *Gestalt* poderá herdar daquela que se vai?

Uma herança da Modernidade se exprime num poema de Ludwig Höltz, contemporâneo prematuramente morto de Kant e cujo poema didático foi popularizado com uma melodia emprestada da *Flauta Mágica* de Mozart: “Üb immer Treu’ und Redlichkeit bis an dem kühlen Grab, und weiche keinen Finger breit von Gottes Wegen ab” (Guarda sempre a lealdade e a racionalidade até o frio túmulo e não te desvies nem por um dedo dos caminhos de Deus). Este verso parece uma herança “kantiana” para as gerações que hão de vir (se vierem...).

Deve-se lembrar, sem dúvida, outra herança “kantiana”: o humanismo ético, sempre considerar o outro como sujeito e nunca como objeto, e, derivado daí, os Direitos Humanos, formalmente proclamados em 1948 e hoje vitimados pelas políticas erosivas que vemos em nosso redor.

A boa herança da Modernidade parece ser antes de tudo o humanismo – não aquele “humanismo exclusivo” e excludente. Será que ele sobrevive à aventurosa trajetória desde o *uomo bello e buono* da Renascença até o

indivíduo livre, autônomo e ético kantiano e o homem novo e solidário projetado pelo socialismo? Ou será a nova *Gestalt* um pós-humanismo? Seria muito imprudente abandonar as conquistas do humanismo para se aventurar numa nova estrutura em que o termo “humano” não significa mais nada.

Convém levar a sério a preocupação com os “valores humanos” que, de vez em quando, atinge nosso ouvido. Não num antropocentrismo cego, inimigo da natureza ambiente, mas em harmonia com a natureza que é a mãe de toda a vida, a verdadeira *Hawwá*, Eva.

Entre as tarefas que se apresentam na hora de se despedir da Modernidade aparece ainda a descolonização. Muitos países que pareciam ter entrado na Modernidade (primeiro ditos “subdesenvolvidos”, depois “em desenvolvimento” e finalmente “emergentes”), embora talvez gozem de alto desenvolvimento tecnoindustrial, continuam baseados na estrutura colonial subjacente – o que produz seus reflexos na subjetividade individual e coletiva. Basta apontar a estrutura “casa-grande x senzala” que persiste no Brasil e continua produzindo o conhecido “complexo de vira-lata”. É preciso uma práxis consciente para evitar que essa estrutura acompanhe o novo paradigma.

Enfim, se a Modernidade, primeiro, domesticou e submeteu a cristandade medieval (no Padroado católico e no “*cuius regio illius et religio*” dos príncipes protestantes), e se, depois, o anticlericalismo e o secularismo tentaram sufocar a religião ou volatilizá-la por uma desmitologização mal entendida, temos agora a chance de entrar no novo paradigma providos de um cristianismo purificado e regenerado nas fontes (Concílio Vaticano II) – se, pelo menos, não nos deixarmos seduzir pelo canto das sereias neoconservadoras.